

EDITORIAL

Instituições, Linguagens e Poder: as novas tecnologias de controle social

Maíra Ferraz de Oliveira Silva¹ 

¹ Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Vitória da Conquista – Bahia – Brasil

Citação deste Artigo (ABNT)

SILVA, Maíra Ferraz de Oliveira. Instituições, Linguagens e Poder: as novas tecnologias de controle social *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, v.23, n.1, p.1-7, 2026.

Autora para Correspondência

Maíra Ferraz de Oliveira Silva
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
mairaferraz@uesb.edu.br



Copyright: © 2026 Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas.

This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license.

Resumo: Esta edição dos Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) propõe uma imersão crítica nas tensões fundamentais que permeiam o desenvolvimento das instituições modernas e a efetivação dos direitos humanos. Sob uma perspectiva interdisciplinar, a discussão do presente editorial concentra-se na dualidade das estruturas sociais: de um lado, sua função primordial de garantir a dignidade humana e a autonomia; de outro, sua propensão a converter-se em mecanismos de controle social e mercantilização da existência. O eixo teórico investiga de que maneira linguagens, arquiteturas curriculares e políticas públicas operam em um campo de disputa constante, podendo atuar tanto como vetores de emancipação, quanto como instrumentos de dominação sutil. Os seis estudos da presente edição, embora transitem por diferentes áreas do saber — do Direito à Economia, da Administração Pública à Psicologia Social —, convergem na análise das tensões entre o desenvolvimento das instituições e a efetivação dos direitos fundamentais. Ao transitar por temas tão diversos — omissão pedagógica, exposição digital na infância, eficácia dos direitos das mulheres, segurança pública local, ética do humor e raízes da nossa ordem monetária — a publicação reafirma a necessidade de decifrar as linguagens do poder, para viabilizar a proteção efetiva da condição humana em face das tecnologias de controle contemporâneas.

Palavras-chave: Instituições. Poder Simbólico. Biopoder. Biopolítica. Tecnologias de Controle.

Institutions, languages and Power: the new technologies to social control

Abstract: This issue of Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) offers a critical exploration of the fundamental tensions that underlie the development of modern institutions and the advancement of human rights. From an interdisciplinary perspective, the discussion in this editorial focuses on the duality of social structures: on the one hand, their primary function of guaranteeing human dignity and autonomy; on the other, their propensity to become mechanisms of social control and the commodification of existence. The theoretical framework examines how languages, curricular frameworks, and public policies operate within a field of constant contention, capable of functioning both as vectors of emancipation and as instruments of subtle domination. The six studies in this issue, though spanning different fields of knowledge — from law to economics, from public administration to social psychology — converge in their analysis of the tensions between institutional development and the realization of fundamental rights. By addressing such diverse topics — pedagogical omission, digital exposure in childhood, the effectiveness of women's rights, local public safety, the ethics of humor, and the roots of our monetary system—the publication reaffirms the need to decipher the languages of power, in order to enable the effective protection of the human condition in the face of contemporary technologies of control.

Keywords: Institutions. Symbolic Power. Biopower. Biopolitics. Technologies of Control.

Poder, legitimidade e as novas tecnologias de controle

A análise das instituições contemporâneas demanda os subsídios teóricos de Max Weber para elucidar a relação entre poder e legitimidade. O sociólogo define Instituição como “uma associação cuja ordem estatuída se impõe, com (relativa) eficácia, a toda ação com determinadas características que tenha lugar dentro de determinado âmbito de vigência”. Complementarmente, o conceito de Poder representa a “probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (Weber, 2009, p. 32-33). Com base nessas premissas, Weber caracteriza a organização moderna pela autoridade da rotina burocrática, em que o exercício da vontade é mediado por uma racionalidade técnica e por regras impessoais que conferem previsibilidade à vida social.

Atualmente, observa-se, no entanto, uma exacerbação dessa lógica: ao institucionalizar-se em linguagens puramente técnicas e algoritmos de controle, essa autoridade deixa de servir ao entendimento democrático para se tornar um fim em si mesma. Nesse cenário, a norma técnica silencia o debate ético, enquanto a proteção do direito é asfixiada pela eficiência burocrática. Assim, o desafio das organizações contemporâneas, sob a ótica weberiana, reside em impedir que a racionalização formal destrua a substância valorativa da condição humana.

A perspectiva de Michel Foucault (1926-1984) analisa a questão do poder nas sociedades modernas, elaborando um conceito fundamentado nas relações sociais. Para o filósofo, a configuração e a construção do poder constituem um mecanismo que emana das interações entre os sujeitos e se difunde no corpo social, sendo exercido primordialmente no interior das instituições. Ao deslocar o olhar da soberania estatal para as redes capilares por onde circula, Foucault permite compreender que o controle na modernidade tardia não se manifesta apenas por repressão direta, mas por uma Biopolítica voltada à gestão da vida e das subjetividades (Foucault, 1989; 1999; 2010).

No cenário atual, essa tecnologia de controle opera na normalização de condutas, transformando dimensões íntimas da existência em objetos de gestão e lucro. Como enfatiza o autor, se a

disciplina institucional clássica buscava produzir corpos dóceis e úteis, as novas arquiteturas digitais funcionam como um panóptico contemporâneo. Nesse novo arranjo, o sujeito é vigiado e moldado por algoritmos e interesses comerciais muito antes de consolidar sua autonomia jurídica. Essa lógica é expandida pela noção foucaultiana de Biopoder, segundo a qual as tecnologias de controle passam a operar na gestão sutil de mentes e corpos, transcendendo o adestramento individual para considerar os fenômenos coletivos. Enquanto o poder disciplinar se dirige ao homem-corpo de forma individualizante, o biopoder volta-se ao homem-espécie. Esse último se manifesta por meio de dispositivos voltados à população, exercendo sobre o corpo coletivo uma influência de caráter massificante (Foucault, 1999).

A compreensão do Poder enquanto estrutura de relações sociais — que distribui indivíduos em posições hierárquicas e define acessos desiguais a recursos estratégicos — é complementada pelo conceito de Poder Simbólico de Bourdieu (2011). Para o sociólogo, trata-se da capacidade de construção da realidade por meio da instituição de valores, classificações e conceitos que se apresentam aos agentes como espontâneos e neutros. Nessa perspectiva, a hegemonia entre as classes é mantida mediante o *Habitus*, um sistema de disposições duráveis e incorporadas — formas de agir, pensar e sentir — adquiridas ao longo da vida. Essas estruturas internas, muitas vezes assimiladas de modo subjacente, geram as práticas dos sujeitos e condicionam sua maneira de ser e de ver o mundo.

O autor expande sua análise para além das posses materiais (capital econômico), introduzindo os conceitos de capital social e cultural que, uma vez interiorizados, moldam a subjetividade. Assim, as trocas comunicativas estabelecidas por sistemas simbólicos constituem sempre relações de força, nas quais os agentes visam ampliar sua influência. Tais interações cumprem a função política de instrumentos de imposição ou legitimação, assegurando a prevalência de um grupo sobre outro mediante a aceitação tácita dos dominados — fenômeno denominado violência simbólica.

Com base nessas concepções, infere-se que o poder se manifesta na linguagem — ou no silêncio imposto por ela — ao impor uma visão de mundo seletiva revestida de naturalidade. A eficácia desse

dispositivo reside em sua capacidade de passar despercebido, transmutando escolhas políticas e assimetrias em meras necessidades técnicas ou neutralidade acadêmica. Dessa forma, enquanto linguagens jurídicas progressistas podem coexistir formalmente com práticas excludentes, o silêncio crítico atua como uma desvalorização da emancipação. Nesse contexto, a promoção da transparência das linguagens pelas instituições é primordial para o fortalecimento da sua atuação na estabilização das desigualdades entre grupos sociais.

Esse fenômeno da violência simbólica dialoga com a colonização do mundo da vida pelo sistema (mercado e Estado), conceito formulado por Jürgen Habermas. Segundo a Teoria do Agir Comunicativo, a lógica do mercado e da eficiência técnica passa a ditar as normas de esferas que deveriam ser regidas pela afetividade e pela ética — como a infância, a família e a formação humana. Quando o diálogo é substituído por métricas de engajamento e a racionalidade instrumental sufoca a linguagem dos direitos, ocorre um esvaziamento da Esfera Pública, na concepção do autor. Esse processo desafia as instituições a resgatarem sua função primordial: garantir a dignidade humana contra a reificação do sujeito (Bettine, 2021).

Essa desumanização é radicalizada na era dos dados e da hipervigilância, em que a experiência humana é extraída como matéria-prima para práticas comerciais de predição. O capitalismo de vigilância instaura uma nova forma de poder, disseminada por uma arquitetura digital por meio da qual empresas de tecnologia passam a atuar nos diversos setores da economia global. Tal estrutura de modificação comportamental caracteriza-se por uma extrema concentração de conhecimento, com a negociação de grandes volumes de riqueza em mercados de futuros comportamentais. Esse modelo se alimenta do aporte de dados disponibilizados nas redes — muitas vezes negociados sem consentimento — e impõe a produção de bens e serviços sob a égide de novas estratégias de controle e modelagem do comportamento do indivíduo (Zuboff, 2021).

Complementarmente, Han (2018) argumenta que o domínio contemporâneo é sedutor, operando por meio da autoexposição e do excesso de informação. No contexto do neoliberalismo, a psicopolítica digital manifesta-se de forma sutil,

explorando a mente humana ao converter o desejo de pertencimento e a ilusão de autonomia em mecanismos de sujeição. Nessa lógica, o sistema neoliberal transforma o indivíduo em explorador de si mesmo, utilizando a própria sensação de liberdade como ferramenta de produtividade. O trabalhador, agora um empreendedor de si, assume uma postura de autorrealização e de felicidade; entretanto, essa autogestão culmina em patologias, a exemplo da depressão e do burnout, que sinalizam o esgotamento inerente a essa nova era.

O autor revela de que maneira a sociedade abdicou da autonomia em favor de uma ditadura da transparência, traduzida em um totalitarismo de dados que gera dependência. Dessa forma, o panóptico digital (Big Data) organiza e comercializa bancos de informações que permitem a modelagem do comportamento humano. Tais ferramentas possibilitam a definição de padrões coletivos utilizados na manutenção do controle e no incentivo desenfreado ao consumo. Por fim, Han (2018) descreve a substituição do poder disciplinar repressivo por um poder inteligente e permissivo que estimula a interação e o engajamento. Esse modelo se torna mais eficaz que a opressão direta, pois o corpo dócil foucaultiano cede lugar ao “corpo fitness”, em que os processos mentais são otimizados sob a égide do aumento da produtividade.

No campo da governança, a expansão das práticas de verificação e monitoramento nas organizações modernas leva à generalização da cultura de auditoria, inspeção e prestação de contas (*accountability*) para muito além do setor financeiro. Áreas como gestão pública, educação e saúde passam por essa transformação para atender à ditadura da transparência, em uma busca obsessiva por visibilidade e eficiência por parte das instituições que, frequentemente, priorizam rituais formais em detrimento de melhorias reais de desempenho. Na discussão sobre a Sociedade da Auditoria, Power (1997) revela que a contabilidade, os algoritmos e as moedas não são infraestruturas neutras, mas artefatos de poder e linguagens que legitimam ou invisibilizam realidades produtivas e dívidas sociais.

Nessa mesma linha de raciocínio, a própria moeda, conforme revisitada pela historiografia econômica de Franco (1999), revela-se uma construção social que exige legitimidade simbólica

e confiança institucional para sustentar seu valor. Essa disputa por reconhecimento ecoa hoje em todas as esferas: onde a linguagem técnica busca se impor como valor absoluto, a autonomia do sujeito depende da capacidade de decifrar as linguagens do poder.

O Poder das Instituições: das estruturas de controle à proteção do sujeito

O ponto de convergência que articula os trabalhos reunidos nesta edição é investigar de que modo linguagens, currículos e políticas públicas podem tanto promover a emancipação, quanto camuflar novas formas de controle e mercantilização. O percurso analítico inicia-se na crítica aos fundamentos da formação intelectual, atravessa a análise das vulnerabilidades sociais relacionadas à infância, aos direitos das mulheres e às práticas de segurança e do humor como ferramenta de elevação moral, e culmina na compreensão histórica das estruturas econômicas que sustentam a autoridade institucional no Brasil.

A reflexão proposta no artigo “Silenciamento da criminologia na formação jurídica e contábil: hegemonia, controle e status quo”, apresentada por Luis Otávio Vilela da Cruz, estabelece a base crítica sobre como a gestão do conhecimento nas instituições de ensino moldam o poder. Por meio de um mapeamento de matrizes curriculares, o autor demonstra de que forma o ensino frequentemente prioriza a técnica dogmática e o compliance em detrimento de uma visão analítica. Argumenta-se que a supressão ou a presença controlada de perspectivas críticas nos currículos funciona na qualidade de ferramenta de manutenção do status quo. Essa lacuna opera enquanto mecanismo de controle social, pois, ao marginalizar o debate sobre a seletividade penal e os crimes corporativos, a universidade limita a percepção dos profissionais sobre as desigualdades estruturais do sistema de justiça.

Assim, ao reduzir o crime a um evento técnico-normativo ou a uma não conformidade de auditoria, as instituições de ensino restringem a capacidade dos egressos de problematizar as assimetrias do sistema. Tais omissões pedagógicas e a baixa visibilidade penal de crimes corporativos funcionam como uma modalidade de violência

simbólica, que naturaliza uma visão de mundo seletiva, em que apenas determinados sujeitos são rotulados de criminosos. A eficácia desse poder reside na capacidade de passar despercebido, transmutando escolhas políticas em necessidades técnicas ou neutralidade acadêmica.

A discussão sobre a dignidade humana apresenta-se com duas análises críticas dedicadas a grupos historicamente vulnerabilizados. No artigo “Criança não trabalha: a mercantilização digital de meninas durante a infância”, de Ana Carolina Silva e Santos e colaboradores, o debate sobre poder e controle é aplicado ao cenário urgente da exploração digital e da objetificação da subjetividade desde a infância. Complementarmente, o trabalho “Direitos humanos das mulheres no Brasil: avanços legislativos e desafios à efetivação”, de Eliana Alves Moretti Vieira, expande essa pauta ao examinar como as instituições oscilam entre falhas e avanços na proteção dos direitos das mulheres.

A investigação sobre a infância inicia-se com uma provocação necessária acerca do fenômeno do sharenting — a exposição excessiva de crianças nas redes sociais pelos próprios pais. O estudo analisa como essa prática e a figura do influenciador mirim podem configurar uma nova face do trabalho infantil, na qual a imagem e a subjetividade da criança são convertidas em capital por seus representantes legais. Os autores alertam que a busca por monetização transforma a vivência infantil em mercadoria, gerando um conflito ético e jurídico em que a privacidade e o desenvolvimento saudável são sacrificados em prol de interesses comerciais.

Nesse contexto, o poder não se manifesta por repressão direta, mas por uma Biopolítica que faz do comportamento infantil um objeto de gestão e lucro. Essa tecnologia de controle atua na normalização de condutas, inserindo o corpo da criança em uma economia de visibilidade que, sob o pretexto da liberdade, estabelece novas formas de sujeição. Se a disciplina institucional clássica visava produzir corpos dóceis, as redes sociais operam hoje como um panóptico digital, em que o sujeito é moldado por algoritmos antes mesmo de consolidar sua autonomia jurídica. Essa distorção da esfera pública por imperativos sistêmicos — o que Habermas denomina “colonização do mundo da vida” — revela sua face mais perversa quando a

lógica do mercado passa a ditar as normas da formação humana e das relações de gênero. A invasão de esferas regidas por afetividade e ética, pela lógica do dinheiro e do poder, evidencia a reificação do sujeito contemporâneo.

Aprofundando o debate sobre vulnerabilidade, a análise dos direitos humanos das mulheres no Brasil realiza um balanço dos avanços legislativos, da Constituição de 1988 às leis Maria da Penha e do Feminicídio. A pesquisa destaca que, embora o país possua um arcabouço legal sofisticado, a efetivação desses direitos esbarra no patriarcado estrutural. Isso demonstra que a norma jurídica, por si só, não rompe com a desigualdade salarial e a violência doméstica. Políticas de suporte contínuas são fundamentais nesse processo. Assim, o poder simbólico manifesta-se no hiato entre a igualdade formal das leis e a assimetria da realidade. Nele, a linguagem jurídica progressista coexiste com práticas institucionais que ainda silenciam ou deslegitimam a voz feminina. O exercício do poder revela-se tanto na omissão de currículos críticos quanto na espetacularização digital da vida privada, desafiando as instituições a resgatarem sua função primordial de garantir a dignidade humana contra a transformação do sujeito em objeto.

O artigo “Políticas Públicas em Segurança: um olhar para a Guarda Municipal de Vitória da Conquista”, de Saádia Santos Cunha Moreira e colaboradoras, desloca a teoria para a prática das instituições no âmbito local, conectando a segurança pública aos direitos fundamentais. A investigação aborda a gestão municipal sob a lente das políticas de proteção, apresentando os resultados de uma pesquisa de campo que avaliou a percepção social acerca da Guarda Municipal de Vitória da Conquista. O estudo destaca uma transição funcional relevante: a passagem dessas corporações da condição de meras vigilantes patrimoniais para agentes de prevenção comunitária. Os resultados mostram que a capilaridade institucional fortalece a sensação de segurança, embora o desafio do armamento e a plena integração ao sistema nacional ainda passem por discussões federativas.

Na perspectiva da psicologia social aplicada ao marketing, o estudo experimental “Elevação moral por meio de stand-up: o papel do humor na promoção da virtude”, conduzido por Jonathan

Keith Pritchard e colaboradores, expõe uma visão inovadora sobre como o humor pode atuar na condição de ferramenta de elevação moral. A pesquisa demonstra que o humor afiliativo e inclusivo é capaz de inspirar o desejo de virtude, oferecendo-nos uma alternativa positiva às abordagens tradicionais de dor e piedade usadas em campanhas sociais. Essa descoberta abre caminhos para estratégias de arrecadação de fundos baseadas na empatia e na alegria, em substituição aos apelos convencionais focados no sofrimento. No contexto das novas tecnologias de poder, Han (2018) argumenta que o controle contemporâneo é sedutor, opera por meio da autoexposição e do excesso de informação. Esse cenário gera uma fadiga de compaixão, que o humor inclusivo — conforme analisado no estudo sobre o stand-up — busca contornar ao resgatar a empatia pela via do afeto positivo.

A resenha “Transição monetária no Brasil: das ideias metalistas à necessidade de uma moeda fiduciária e maior centralização bancária”, de Roberto Paulo Machado Lopes, reconstrói o debate econômico entre as doutrinas metalistas e a premência de uma moeda fiduciária no final do século XIX, conduzindo-nos a uma análise histórica fundamental sobre a consolidação monetária no Brasil republicano. O texto resgata as reformas de 1888-1890 e discute como a centralização bancária foi impulsionada pela emergência do trabalho assalariado após a abolição da escravatura, desafiando a ortodoxia da época. Essa reestruturação financeira revelou-se crucial para acomodar a nova dinâmica produtiva, pois demonstra que a moeda não é um instrumento neutro, mas o reflexo de escolhas políticas e transformações profundas nas relações de poder desde as raízes da República.

Essa perspectiva histórica dialoga com a crítica de Power (1997) sobre a Sociedade da Auditoria, lembrando-nos que a contabilidade e a moeda não são meras técnicas de registro, mas linguagens que legitimam ou invisibilizam dívidas sociais. Nesse sentido, a passagem do Império para a República, conforme revisitada pela historiografia de Franco (1999), revela que o signo monetário é um artefato que exige legitimidade simbólica. Ao abandonar a rigidez metalista pela elasticidade do papel-moeda, o Brasil de 1890 não apenas buscava crédito para o novo mercado de

trabalho, mas mergulhava na necessidade de confiança nas instituições — uma construção social que confere valor ao símbolo econômico. Essa mesma disputa por legitimidade ecoa hoje na formação acadêmica e nas redes digitais: onde a linguagem técnica busca se impor enquanto valor absoluto, o silêncio crítico atua como uma desvalorização da emancipação.

Perspectivas para a autonomia

Ao percorrermos as páginas desta edição, percebemos que o diálogo entre os estudos transcende o rigor acadêmico para alcançar uma dimensão profundamente social. Existe uma conexão intrínseca entre a economia que centraliza o capital, a educação que silencia vozes críticas e a cultura digital que mercantiliza a infância. Todas essas esferas retroalimentam sistemas de controle que as políticas públicas de segurança e os movimentos de direitos humanos buscam mitigar.

A transversalidade dos temas revela que o combate às novas tecnologias de controle exige mais do que reformas legislativas; demanda, sobretudo, uma vigilância constante sobre as narrativas que sustentam nossas instituições. Do humor que humaniza à economia que se organiza em torno de novas moedas, a emancipação do sujeito contemporâneo depende da capacidade de decifrar as linguagens do poder. Os textos aqui reunidos convidam o leitor a desconfiar das neutralidades aparentes — seja na ementa de um curso, na interface de uma rede social, seja no relatório de uma auditoria. A compreensão dessas articulações — que unem o humor enquanto ferramenta ética, a guarda municipal na função de agente de proteção e a legislação como promessa de igualdade — é o que permite a este volume oferecer-nos um panorama crítico dos desafios brasileiros.

Ao promover esse diálogo, os Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas reafirmam seu compromisso com uma ciência que não apenas descreve o mundo, mas também fornece os subsídios necessários para a reconstrução de uma esfera pública mais ética, justa e profundamente humana. Esperamos que esta publicação cumpra sua função primordial: apresentar ferramentas teóricas e empíricas para que a sociedade civil e a

academia possam, juntas, alargar as fronteiras da autonomia no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BETTINE, Marco. *A teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas: bases conceituais*. São Paulo: Edições EACH, 2021.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico* (1989). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/Lisboa: Difel, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins fontes, 1999.

_____. *Vigiar e Punir*. 38ªed. Petrópolis: Vozes, 2010

FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. *O Desafio Brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Ed, v. 34, 1999.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

POWER, M. *A sociedade de auditoria: rituais de verificação*. 1997.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. Editora Intrínseca, 2021.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* 4ª. ed. Brasília: Editora UnB, 2009. 464 p.

Sobre a Autora**Maíra Ferraz de Oliveira Silva**

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente e mestre em Economia Regional e Políticas Públicas. Leciona disciplinas na área de Teoria Econômica e Economia e Desenvolvimento Rural no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas na UESB. Integra o Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional: Indicadores Econômicos e Sociais, vinculado ao CNPq, na linha de pesquisa Análise e Modelagem Econômico-ecológica, e o Núcleo de Pesquisas Econômicas e Socioambientais (NEPES), vinculado ao DCSA-UESB, onde atua no laboratório que desenvolve e divulga indicadores econômicos e sociais. Dra. Maíra Ferraz é editora-chefe dos Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas.